

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO  
SEÇÃO DE CADASTRO DE PESSOAL

**DECLARAÇÃO - REGIME DE PREVIDÊNCIA**

Declaro, sob as penas da lei, para fins dos registros necessários na Justiça Federal da Sexta Região:

que **POSSUO** vínculo com o funcionalismo público, na qualidade de servidor público estatutário, **ANTERIOR** a 14/10/2013, data em que entrou em vigor o Novo Regime de Previdência para os servidores do Judiciário Federal, instituído pela Lei 12.618/12. Declaro, ainda, que **NÃO** houve interstício entre a exoneração/vacância solicitada à(ao) \_\_\_\_\_ (órgão de origem) e a posse nesta Justiça Federal da Sexta Região, acontecidas em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e que **NÃO** aderi, até a presente data, ao NOVO Regime de Previdência, instituído pela Lei 12.618/12.

que **POSSUO** vínculo com o funcionalismo público, na qualidade de servidor público estatutário, **ANTERIOR** a 14/10/2013, data em que entrou em vigor o Novo Regime de Previdência para os servidores do Judiciário Federal, instituído pela Lei 12.618/12. Declaro, ainda, que **NÃO** houve interstício entre a exoneração/vacância solicitada à(ao) \_\_\_\_\_ (órgão de origem) e a posse nesta Justiça Federal da Sexta Região, acontecidas em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e que **ADERI** ao NOVO Regime de Previdência, instituído pela Lei 12.618/12.

que **POSSUO** vínculo com o funcionalismo público, na qualidade de servidor público estatutário, **ANTERIOR** a 14/10/2013, data em que entrou em vigor o Novo Regime de Previdência para os servidores do Judiciário Federal, instituído pela Lei 12.618/12. Declaro, ainda, que **HOUVE INTERSTÍCIO** entre a exoneração/vacância solicitada à(ao) \_\_\_\_\_ (órgão de origem) e a posse nesta Justiça Federal da Sexta Região.

que **POSSUO** vínculo com o funcionalismo público, na qualidade de servidor público estatutário, **ANTERIOR** a 14/10/2013, data em que entrou em vigor o Novo Regime de Previdência para os servidores do Judiciário Federal, instituído pela Lei 12.618/12, e que **ESTOU SUJEITO** ao Novo Regime de Previdência, tendo em vista a instituição do Novo Regime de Previdência do Executivo/Legislativo.

que **NÃO** possuía vínculo com o funcionalismo público, na qualidade de servidor público estatutário, quando do início da vigência do Regime de Previdência Complementar para os servidores do Judiciário Federal, em 14/10/2013.

Obs.: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_\_\_  
Local e data Nome do servidor

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) servidor(a)